

CASAS PARA VIVER

PELO DIREITO À HABITAÇÃO!

PELO DIREITO À CIDADE!

*PELO FIM DA EXPLORAÇÃO
ATRAVÉS DO CUSTO DE VIDA!*

SAÍMOS À RUA!

1 ABRIL

**PRAÇA DA BATALHA
PORTO - 15H**



European
Action Coalition



Habitação Hoje
www.habitacaohoje.org
[@habitacaohoje](https://twitter.com/habitacaohoje)

sabe
mais
aqui:



CASAS PARA VIVER!

Dia 1 de abril saímos à rua!

São tempos difíceis e de sufoco para a maioria das pessoas que vive em Portugal. Não temos onde viver condignamente, venderam as nossas cidades à especulação imobiliária. À custa da nossa miséria as empresas de sectores essenciais, apoiadas pelo Estado, especulam os preços e aumentam o seu lucro. Dia 1 de abril unimos esforços para demonstrar nas ruas quão insuportável é sobreviver!

As rendas aumentam e não são compatíveis com os nossos salários e pensões. Os contratos são cada vez mais curtos, entre rendas, cauções e fiadores, pagas a muito custo por casas em cada vez piores condições. Não temos mais como pagar as prestações ao banco, não vemos fim para as dívidas. Somos despejados porque há quem consiga pagar mais ou porque abrir um alojamento local dá mais lucro. Os vizinhos vão-se embora um a um cada vez para mais longe da sua rede de apoio. Todos os dias somos obrigados a viajar maiores distâncias para chegar à escola e ao trabalho. As listas de espera por habitação social não param de aumentar, apesar de os critérios serem cada vez mais apertados, e não existe investimento público para dar resposta aos mais afectados. Vemos casas vazias em todas as ruas e cada vez mais pessoas em situação de sem abrigo. Abrem cada vez mais hotéis. Temos de escolher entre pagar a renda ou os medicamentos, entre aquecer a casa ou pôr comida na mesa. Não temos rendimentos para fazer face ao frio ou aos estragos provocados pela chuva. As cidades já não são para nós. Por isso, moradores, unidos, vamos lutar!

Saímos à rua para reivindicar: o Direito à Habitação, o Direito à Cidade e o fim da exploração através do custo de vida!

No âmbito do Dia Europeu pela Habitação, são convocadas pela European Action Coalition for the right to housing and the city (EAC), acções e mobilizações de base em todas as cidades da Europa. A Habitação Hoje em conjunto com as associações de Lisboa, que também lutam por habitação digna e pelo direito à cidade, convoca uma manifestação nacional com expressão nas cidades do Porto e Lisboa.

O problema da habitação não é novo. As políticas que o têm perpetuado e agudizado assentam na premissa de que o mercado funciona quando é pouco intervencionado. Esta lógica neoliberal tem vindo a mostrar-se fatal no que toca à habitação. Os programas e políticas desenhadas só têm feito aumentar os preços e diminuir a oferta, concentrando a propriedade e o rendimento nuns poucos. A habitação é, neste período, o maior activo financeiro do mundo, muito pouco lembrado e garantido na sua função essencial, morar. Apesar de termos uma Constituição que consagra este direito e uma Lei de Bases da Habitação, nada disto é posto em prática. Precisamos de uma nova política, que ponha as necessidades da população em primeiro lugar, e precisamos de lutar por ela!

Junta-te a todos os teus vizinhos na Manifestação!

Dia 1 de Abril às 15h na Praça da Batalha, no Porto.



DIREITO À HABITAÇÃO

Fim dos despejos e das desocupações

Os despejos e as desocupações são uma das maiores contradições com o Direito à Habitação. Apesar de a maioria passar invisível, as situações são diárias. Quando o contrato não é renovado porque o senhorio quer subir a renda, quando o prédio é vendido e o investidor imobiliário tem outros planos para as casas, quando pela crescente precariedade laboral deixamos de conseguir fazer face à despesa gigante que é a renda... Como pode o poder público permitir que as pessoas venham para rua sem garantir uma alternativa? Reivindicamos por isso que sejam proibidas as não renovações de contratos com fins especulativos, ou seja, que ninguém tenha de sair porque o senhorio quer aumentar o valor da renda ou transformar a habitação num alojamento turístico! Reivindicamos também o fim do balcão do arrendamento (que facilita o processo de despejo) e que ninguém possa ser despejado sem que seja assegurada uma casa digna e adequada ao agregado!

Proteção da casa de morada permanente

Há ainda uma grande parte das famílias, que conseguiram nos últimos quarenta anos aceder ao crédito à habitação, que estão a pagá-lo todos os meses. O peso do empréstimo no orçamento familiar tem vindo a aumentar e, tal como na crise anterior, há pessoas em risco de não conseguir pagar o empréstimo ou aceder à renegociação do crédito.

Reivindicamos que os bancos não possam despejar famílias que não têm outra alternativa habitacional. Se as políticas dos últimos anos empurraram as famílias para o crédito, então essas famílias têm agora de ser protegidas no seu direito a ter um tecto.

Controlo das rendas e dever de arrendar

É preciso regular o mercado de arrendamento e controlar as rendas fora da lógica especulativa, para que seja possível, a curto prazo, garantir às pessoas uma casa condigna. Os dados mostram que as rendas sobem todos os meses e que os salários e as pensões não acompanham. Fica cada vez mais impossível para milhares de pessoas, sem soluções públicas, pagar a renda, ficando sem dinheiro para comida, medicamentos, e para uma vida digna.

Reivindicamos um tecto de renda calculado em função do valor de uso da habitação (renda condicionada). Há casas suficientes para todos, mas muitas estão vazias à mercê da especulação, e por isso reivindicamos também o dever de arrendar. As casas são para viver e por isso as casas vazias devem ser postas a uso para que todos tenham acesso a uma habitação digna. Não havendo vontade por parte do proprietário em colocar a casa no mercado e havendo necessidades a suprir, o Estado deve poder substituir-se ao grande proprietário ou ao fundo imobiliário e arrendar o imóvel, fazendo cumprir a função social da habitação.



Soluções dignas e a longo prazo para pessoas em situação vulnerável

Na maioria das vezes em que as pessoas se encontram numa situação vulnerável as soluções que existem tendem a desumaniza-las e a afastá-las das suas redes de apoio. Quantas mulheres são obrigadas a viver com o agressor por não terem uma alternativa estável? Quantos idosos vivem isolados e em casas cheias de problemas, porque não têm rendimentos para aceder à casa que seja justa às suas necessidades? Quantas vezes, por discriminação por parte de senhorios e falta de rendimentos para uma casa digna, pessoas migrantes, racializadas, são obrigadas a viver em situações desumanas? Apesar de existirem e estarem previstas soluções a longo prazo, estas não estão a ser efectivadas, são manifestamente insuficientes e estão mal distribuídas pelo território.

Reivindicamos soluções dignas e a longo prazo para pessoas vítimas de violência doméstica, de género, para pessoas idosas, migrantes ou pessoas com deficiência. Estas soluções devem estar distribuídas pelo território, ser estáveis, promover a autonomia e não a institucionalização.

Mais alojamentos estudantis públicos

O direito à educação depende directamente do direito à habitação. Não é possível prosseguir os estudos quando os quartos custam 300 ou mais, ou quando não existe oferta na cidade onde se é colocado. Reivindicamos residências e habitações públicas de qualidade e gratuitas, que estejam distribuídas consoante as necessidades do território. É preciso garantir a autonomia e a dignidade do estudante, garantindo que tem espaço para a sua vida privada e acesso aos espaços necessários a uma vida digna. As gerações mais qualificadas de sempre são as mais precárias e as que saem de casa dos pais mais tarde, quando comparadas com outros países da União Europeia, por isso reivindicamos que sejam garantidas aos jovens e aos estudantes soluções dignas que lhes permitam estudar e iniciar a vida profissional.

Aumento do parque habitacional público

Em Portugal existem apenas 2% de habitação pública. Para perceber a dimensão do problema basta pensar como teria sido a resposta à pandemia de COVID-19 se apenas 2% do sistema de saúde fosse público. Esse desastre é o estado da habitação em Portugal. O aumento do parque público habitacional é a medida mais estrutural para resolver o problema da habitação. Reivindicamos o aumento do número de habitações públicas, onde seja praticada uma renda praticada em função dos rendimentos dos agregados, que priorize as famílias em maior necessidade.

Reivindicamos o fim do arrendamento “acessível” nas habitações públicas e revisão dos regulamentos municipais de acesso às habitações, para que essas casas possam servir para resolver os problemas de quem mais precisa!

Reivindicamos também que o parque público existente seja reabilitado no sentido de garantir às famílias condições dignas de habitabilidade e salubridade e que seja exemplar na transição energética e na eficiência do uso dos recursos. Neste sentido é também essencial que o aumento do parque habitacional público comece por recorrer às centenas de milhares de casas vazias espalhadas pelo país - que se localizam perto de transportes, equipamentos e serviços - ao invés de recorrer à construção de edifícios novos - que tende a consumir mais recursos financeiros do Estado e a ser mais prejudicial para o ambiente.



DIREITO À CIDADE

Cidades para as pessoas não para o lucro!

É urgente reverter os benefícios fiscais à especulação imobiliária e urbana. Reivindicamos o fim dos Vistos Gold, aos benefícios para residentes não habituais e aos nómadas digitais. O negócio do alojamento local ocupa, neste momento, perto de 9 mil apartamentos do município do Porto. O estudo deste fenómeno tem vindo a demonstrar que a suspensão temporária de licenças, quando anunciada, potencia uma corrida a corrida a novas licenças e o zoneamento apenas alastra o problema para novas zonas. Precisamos de uma legislação que ponha a população em primeiro.

Exigimos que se cumpra a decisão do Tribunal Constitucional e que os alojamentos turísticos localizados em prédios de habitação sejam reconvertidos em arrendamento de longa duração.

Não podemos aceitar que o lucro governe as nossas cidades, os edifícios vazios e entregues à especulação devem ser devolvidos à população, para que se cumpra a sua função social!

Planeamento democrático do território

O território deve ser construído com base nas necessidades da sua população e não para extrair mais lucro! O novo centro cultural e empresarial do Matadouro vai servir à população de Campanhã? Para que precisamos de mais um El Corte Inglés a 10km de distância do existente? Porque nos obrigam a gastar dinheiro e consumir quando andamos pela cidade e não há bancos ou casas de banho públicas?

Reivindicamos um planeamento sem discriminação, que permita a todos o acesso à cidade, com espaços públicos de qualidade - casas de banho, parques, passeios, bancos - transportes públicos que sirvam os movimentos diários e pendulares da população, serviços de saúde, de educação, espaços de lazer, desporto e cultura, de proximidade e democraticamente distribuídos pelo território. Cidades construídas por todos, adaptadas aos tempos em que vivemos e aos problemas derivados das alterações climáticas.

Utilização de alojamentos devolutos para habitação

A contradição é evidente e cada dia mais insustentável, tanta gente sem casa e tanta casa sem gente. Apesar de estar na lei, a utilização de património devoluto não está a ser efectivada e com isso temos mais de 700 mil alojamentos vazios no país. É inaceitável que um país aceite ter pessoas a viver na rua, em casas sem electricidade ou em risco de ruína, em sobrelotação ou a dezenas de km's do trabalho, quando existem edifícios vazios suficientes para suprir estas necessidades mais do que uma vez. A utilização destes edifícios é o caminho mais eficiente e sustentável em termos do consumo de recursos quando comparado com a construção nova. A maioria destes edifícios está em bom estado de conservação, localizado nas zonas onde as carências habitacionais são maiores e onde já estão assegurados o acesso a transportes, escolas, centros de saúde e empregos, diminuindo assim a despesa pública com infraestruturas e com construção nova.

É imperativo cumprir a função social da habitação, por isso reivindicamos a expropriação de edifícios vazios e em bom estado, de grandes proprietários e fundos imobiliários, para suprir as necessidades da população, cada vez mais empurrada para a miséria. Não podemos aceitar que a ganância e o lucro de alguns seja mais importante que o direito básico de tantos outros a ter um tecto!



FIM DA EXPLORAÇÃO ATRAVÉS DO CUSTO DE VIDA:

Controlo público e regulação dos preços dos sectores essenciais

É necessário travar a mercantilização dos bens essenciais. Não podemos aceitar que à custa da nossa miséria as grandes empresas aumentem os seus lucros! Quem é que não passa frio em casa? Quantos de nós não desenvolvem problemas respiratórios devido à humidade nas habitações? É urgente baixar e regular os preços dos bens de forma a garantir uma distribuição equitativa dos recursos, combater o desperdício e efetuar uma transição energética urgente! É necessário erradicar a pobreza energética, adaptar os edifícios e garantir que todos têm direito ao conforto nas suas casas! Em janeiro de 2021, uma em cada quatro pessoas que faleceu, morreu de frio! Reivindicamos o controlo público dos sectores essenciais como a água, transportes, energia e comunicações!

Redefinição das taxas de esforço com a habitação

A habitação deve ser um direito e não um luxo! Não podemos aceitar que haja famílias a escolher entre pagar a renda ou comer, pagar os medicamentos ou aquecer a casa, por isso reivindicamos a redefinição da taxa de esforço máxima com a habitação. A par do controlo das rendas e da regulação dos preços dos bens essenciais, incluir as despesas básicas com a casa na taxa de esforço recomendável com a habitação é essencial. Propomos que dentro desta taxa de esforço - a percentagem do nosso rendimento que gastamos com a habitação - passem a estar incluídas as despesas básicas com a casa: água, luz, gás e comunicações. Reivindicamos também que esta taxa seja progressiva, tendo em consideração os rendimentos do agregado, para que seja possível ter uma vida digna, garantindo acesso a uma boa alimentação, aos transportes, ao lazer, à cultura e ao desporto.

Trabalhos dignos, aumento das reformas, pensões e prestações

Não podemos aceitar que trabalhar não seja suficiente para viver condignamente! Quantos de nós têm de acumular empregos para fazer face às despesas? Quantos idosos têm de escolher entre pagar a renda ou os medicamentos? Quantas mães e pais têm de prescindir de uma boa alimentação para dar de comer aos filhos? Se ficarmos sem trabalho, durante quantos meses conseguiremos continuar a pagar a renda? É preciso garantir que ninguém é explorado por ter de fazer face às despesas essenciais, é preciso erradicar a precariedade e garantir o acesso ao trabalho, com condições e remunerações dignas! Garantir que políticas de pleno emprego servem também para garantir igualdade no salário e no acesso ao trabalho de mulheres, pessoas lgbtqi+, pessoas racializadas, migrantes e pessoas com deficiência. É preciso garantir que o rendimento do trabalho é suficiente para uma vida digna, que não são precisos dois ou três empregos para pagar a renda e as despesas. As reformas, pensões e prestações têm de traduzir o custo de vida e garantir qualidade de vida a todas as pessoas, sejam idosas, pensionistas, cuidadores informais, pessoas com deficiência ou pessoas que estão temporariamente desempregadas.



CASAS PARA VIVER

PELO DIREITO À HABITAÇÃO!

PELO DIREITO À CIDADE!

*PELO FIM DA EXPLORAÇÃO
ATRAVÉS DO CUSTO DE VIDA!*

SAÍMOS À RUA!

1 ABRIL

**PRAÇA DA BATALHA
PORTO - 15H**

sabe
mais
aqui:



CASAS PARA VIVER

As rendas e as prestações ao banco estão sempre a aumentar e não são compatíveis com os nossos salários e pensões. Os contratos são cada vez mais curtos e as casas estão cada vez em piores condições! Ligar o aquecedor é um luxo, vivemos com humidade e infiltrações. Somos despejados em nome do lucro! Somos obrigados a ir viver para mais longe, perdemos o apoio dos vizinhos e gastamos várias horas do dia a ir e a vir do trabalho e da escola. Apesar da habitação ser um direito, o Estado nada faz para o garantir!

As cidades já não são para nós.

Por isso, moradores, unidos, vamos lutar! Saímos à rua para que as casas sejam para viver e não para lucrar – como pode haver tantas casas vazias e tanta gente a precisar de uma? Saímos à rua para que possamos viver em locais com acesso ao trabalho, à escola, à saúde, à cultura e ao lazer! Saímos à rua para que se deixe de especular com a nossa vida, para que possamos viver em casas dignas, para que não tenhamos de escolher entre medicamentos, comida e a renda da casa!

Tudo isto é possível se estivermos juntos!

**JUNTA-TE À MANIFESTAÇÃO NACIONAL
NO DIA 1 DE ABRIL!**

**Tens algum problema de habitação ou queres
participar na dinamização da manifestação?**

Participa numa assembleia todas as 1^{as} e 3^{as}
segundas-feira de cada mês na Rua de Cervantes
148, Porto.

habitacaohoje.org
habitacaohoje@gmail.com
913270372



HOUSES FOR LIVING

FOR THE RIGHT TO THE CITY!

FOR THE RIGHT TO THE CITY!

*FOR AN END TO EXPLOITATION
THROUGH THE COST OF LIVING!*

TAKE THE STREET!

1 APRIL

**PRAÇA DA BATALHA
PORTO - 15H**

know
more
here:



HOUSES FOR LIVING

The rents are always increasing and are not compatible with our salaries and pensions. The contracts, if we have any, are shorter and shorter and the houses are in worse and worse conditions! Turning on the heat is a luxury, we live with humidity and infiltrations. We are evicted just so that the landlord can make more profit! We are forced to move further away, lose the support of our neighbors, and spend several hours a day commuting to and from work and school. Although housing is a right, the state does nothing to guarantee it!

Cities are no longer for us.

So, neighbors, united, let's fight! We take to the streets so that houses are for living and not for profit - how can there be so many empty houses and so many people needing one? We take to the streets so that we can live in places with access to work, school, culture and leisure! We take to the streets so that they stop speculating with our lives, so that we can live in decent houses, so that we don't have to choose between medicine, food, and rent!

All of this is possible if we stand together!

**JOIN THE NATIONAL DEMONSTRATION ON
APRIL 1ST!**

Do you have a housing problem or want to participate in the dynamics of the demonstration? Participate in an assembly every 1st and 3rd Monday of each month in Rua de Cervantes 148 Porto.

habitacaohoje.org
habitacaohoje@gmail.com
913270372

